



Não existe linguagem neutra? A variabilidade na expressão de gênero no português como um fenômeno linguístico contemporâneo bastante representativo da relação entre língua e sociedade

Freitag, R. M. K. (2024). *Não existe linguagem neutra! Gênero na sociedade e na gramática do português brasileiro*. São Paulo, SP: Contexto. 176p. ISBN-13 978-6555414295

Franciane Rocha

Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Rua General Argôlo, 40, 44200-000, Santo Amaro, Bahia, Brasil. E-mail: franrocha@ufrb.edu.br

Received on August 30, 2024.

Accepted on October 2, 2024.

Introdução

Utilizando da primeira pessoa do discurso, Raquel Freitag registra em 157 páginas um estudo atualíssimo e bem fundamentado sobre a variabilidade na expressão de gênero no português brasileiro. A popularmente chamada 'linguagem neutra' é um fenômeno linguístico contemporâneo bastante característico da relação entre língua e sociedade em suas diversas nuances. O livro resenhado aqui é um dos frutos da pesquisa apresentada pela autora como requisito para sua banca de acesso ao mais alto grau do magistério superior federal. Freitag (2024) traz uma importante e necessária exposição ilustrada e teoricamente embasada sobre o estágio atual de variação da expressão de gênero no português brasileiro, apresentando suas formas emergentes e situando-a no continuum da mudança sociolinguisticamente colocada. O título 'Não existe linguagem neutra!' - provocativamente exclamado - é um anúncio sobre a posição elucidativa da pesquisadora quanto à diversidade de propostas para expressão de gênero no cenário atual e às muitas reações ideológicas a estes empreendimentos. Sobre o embasamento referencial, embora ressalte a ainda pouca produtividade de estudos linguísticos específicos sobre as formas concorrentes na expressão de gênero, Freitag (2024) promove a discussão de trabalhos acadêmicos sobre o tema colocando as limitações destes quanto à coleta de dados empíricos. A autora também excede as fronteiras 'Qualis' trazendo referências do âmbito político e documentos de organizações internacionais consolidadas quase que como um dossiê de historicização sociopolítica sobre o tema. O texto recorre, então, sistematicamente a conteúdo linguístico e a observações de viés sócio-histórico e político, fornecendo ao leitor um apanhado crítico robusto de referências sobre o fenômeno.

A discussão é introduzida com a reafirmação do título na crítica à 'neutralidade' pretendida não só no termo, mas também nas posturas. O texto afirma que ciência e língua são estudadas e construídas por pessoas e pessoas não são e nem podem ser neutras por sua constituição cognitiva eminentemente social onde há atribuição de valores positivos e negativos. Aos estudantes da língua e da sociedade, não parece prudente nem honesto negar que existam vieses. Ainda na Introdução, o trabalho coloca que o que tem sido denominado 'linguagem neutra' precisa ser entendido como um rótulo amplo, plural e muitas vezes impreciso que será melhor destrinchado no decorrer da leitura.

Já tendo abordado desde a introdução o conceito de gramática, 'a percepção das regras da língua' é o eixo temático tratado no primeiro capítulo sob perspectiva de consciência e codificação das regras gramaticais. Antes de qualquer coisa, o texto coloca a necessidade de "[...] entender como o gênero se conforma na sociedade e na língua [...]" (Freitag, 2024, p. 18) e aprofunda as definições de *gramática* e sua relação com outros conceitos como 'consciência sociolinguística', 'norma culta' e 'padrão' e a 'escala de valoração social' percebida pelos falantes. Esse é o gancho para a discussão que segue sobre o 'gênero na sociedade e na língua', que conceitua gênero como uma categoria social constituinte da identidade humana muito além da formatação biológica do sexo e o coloca como pauta elementar dos movimentos que buscam legitimação social

e linguística. Neste ponto, Freitag (2024) discute como as diferenças de gênero se manifestam na língua e ilustra a percepção social sobre a diversidade com o emblemático fenômeno da flexão do substantivo ‘presidenta’, discussão que rendeu muitos embates inflamados sobre a legitimidade de uma forma que há muito já estava registrada nos mais tradicionais instrumentos linguísticos normativos do país e mesmo assim, foi questionada pelo sexismo imperante contrapondo-se ao fato inédito de ter uma mulher no mais alto cargo executivo do país.

‘Gênero na tradição gramatical’ é o título do capítulo que fornece uma pormenorizada descrição de como esta categoria gramatical aparece em compilados normativos. Começando pelos processos de formação do gênero gramatical no latim, o capítulo oferece várias evidências linguísticas sobre as formas, flexões e marcadores de gênero no registro da língua portuguesa. O texto demonstra que esta é “[...] uma categoria obrigatória, mas não necessariamente estável [...]” (Freitag, 2024, p. 70) e as flexões nem sempre são regulares e intuitivas a todos os falantes. Através do exame das estruturas sintáticas e morfológicas e das relações de concordância e derivação que o gênero impõe a determinadas classes de palavras em diversos estudos, a pesquisa mostra como estereótipos sociais atuam como condicionantes no uso das formas de gênero. Partindo de evidências essencialmente linguísticas, o estudo chega ao limiar da dimensão social como explicação *sine qua non* para o entendimento das discussões vigentes sobre expressão neutra e inclusiva de gênero no português brasileiro. São salientadas também a não universalidade e diversidade de manifestações, algumas arbitrárias, do gênero gramatical em outras línguas. A autora arremata a parte mais essencialmente centrada em estudos linguísticos da obra reafirmando os conceitos de gramática como um instrumento linguístico feito por pessoas que não criam e sim codificam as regras que estão no inconsciente coletivo de um dado grupo de pessoas. Afirma ainda que “[...] as gramáticas também mudam, não talvez com a velocidade que desejamos, mas mudam à medida que as novas regras se espriam na sociedade e atingem a comunidade linguística a partir da qual as regras são codificadas” (Freitag, 2024, p. 85).

O penúltimo capítulo é dedicado ao ponto de vista sociolinguístico da caracterização da variação de gênero e ao estágio em que se encontra o processo de mudança linguística para este fenômeno. O texto explicita que, de acordo com os preceitos sociolinguísticos, uma mudança é implementada exclusivamente através do uso e, neste momento, a expressão de gênero no português passa por um período de instabilidade pela concorrência de variantes que expressam neutralidade e inclusão frente ao masculino genérico tradicionalmente hegemônico. Ao discutir as forças que atuam na configuração deste fenômeno e a direção desta suposta mudança, a autora desvela a linguagem de gênero pelas vertentes atuais de linguagem ‘neutra (todes)’, ‘inclusiva (todas, todos e todes)’ e ‘não-sexista (todas e todos)’, dedicando algumas páginas à definição, exemplificação e comparação entre as variantes. O capítulo segue colocando quais as implicações e possibilidades de encaixamento social de cada uma das variantes e tecendo críticas quanto à usabilidade e ao serviço que cada uma delas prestaria aos movimentos sociais identitários. Este é o ponto onde Freitag (2024) tece críticas ao movimento que quer substituir o masculino genérico pelo não binário (linguagem neutra) como a forma de referência genérica, colocando-o como uma troca de uma hegemonia por outra, em que o gênero feminino, mais uma vez, é relegado ao segundo plano e apagado. O capítulo ainda explica por que a forma alternativa com ‘e’ (‘todes’ frente a ‘tod@s’, ‘todxs’ etc.) parece ter mais possibilidades de encaixamento social, baseada em evidências linguísticas de outras pesquisas empíricas com foco em características fonológicas, morfológicas e de prosódia.

A previsibilidade da direção das mudanças linguísticas também é abordada. Explicando que, a partir da observação dos efeitos em outros domínios, decorrentes da mudança deliberada é possível entender para onde tende a expressão do gênero. A autora discute encaixamento e produtividade, observando que pesquisas com dados empíricos de sueco e espanhol atestam que o custo de processamento das formas inovadoras de gênero não é um impedimento para o andamento do processo de mudança. Embora ressalte que ainda é necessária investigação empírica com dados do português, Freitag (2024) coloca e comenta sobre as ações de planificação linguística com uma maneira de difundir o uso das formas alternativas de gênero. Depois das gramáticas, os manuais são as ferramentas de tecnologia mais utilizadas e acessíveis para compartilhar conhecimentos linguísticos. Mesmo que não gozem do mesmo prestígio geral das gramáticas, esses instrumentos promovem de maneira eficaz os usos que podem ser avaliados pelos falantes como aceitáveis e evidentes ou serem relegados ao esquecimento. O capítulo tem uma seção dedicada a destacar a manualização como parte possível dos processos de gramaticalização e examinar criticamente os manuais ressaltando o caráter extremista e prescritivista de alguns que parecem pretender impor o comportamento linguístico de um grupo, a partir de

escolhas deliberadas, a toda uma comunidade. Esta seção termina com a reafirmação de que a gramaticalização de formas acontece exclusivamente pelo uso e passa à investigação das leis sobre as línguas, uma vez que “[...] mais do que manuais para prescrever linguagem neutra, inclusiva ou não sexista é preciso haver políticas de diversidade de pessoas em espaços de poder, para desfazer a estereotipia” (Freitag, 2024, p. 117).

A seção dedicada às ‘leis sobre as línguas’ apresenta e situa os Projetos de Leis (PLs) no momento político (um Brasil polarizado) e histórico (pandemia e pós-pandemia). Aí, a autora retoma as citações aos muitos PLs propostos (e outras iniciativas de formato diferente, mas igual natureza) fazendo um escrutínio científico e ideológico deste material, ordenadamente atestando não só a falta de evidenciação e embasamento científico dos escritos, como o conflito destes com a Base Nacional Curricular Comum e o serviço das mesmas a movimentos ultraconservadores citando o Escola sem Partido. Freitag (2024) compara, nesta seção, o elenco de atitudes e iniciativas reacionárias à linguagem de gênero a agendas anteriores como a de combate aos estrangeirismos e o famoso episódio nacional do livro didático que ensejou ensino da variação linguística em seu conteúdo.

O texto descreve o caminho que um PL percorre na agenda legislativa e discute em pormenor o entendimento científico necessário sobre as ideologias linguísticas subjacentes às proposições de proibição do uso de termos linguísticos alternativos na questão de marcação de gênero na língua. A autora desconstrói cada um dos argumentos das proposições e aponta que “[...] esses projetos de lei não são ações ingênuas ou sinceramente preocupadas com a educação de jovens [...] eles são a consequência de uma onda ultraconservadora que vem varrendo o governo [...]” (Freitag, 2024, p. 121).

Mesmo com as numerosas propostas de proibição do uso das formas alternativas de expressão de gênero, a autora coloca que as reações negativas amplificam o alcance deste fenômeno que é, primordialmente, usado pelas minorias que ativamente o defendem. Este cenário se configura como o que a Sociolinguística coloca em termos de testagem dos limites do sistema linguístico e social, característica motora comum dos processos de variação quando a linguagem adotada como padrão está alinhada a valores socioeconômicos e culturais estabelecidos na época, até que se tenha questionamentos sobre os valores e, por conseguinte, sobre a própria linguagem. Assim sendo, a teoria admite que as reivindicações dos movimentos identitários para a neutralização ou inclusão de gênero podem levar a mudanças linguísticas. Já construindo a crítica que coloca no último capítulo o questionamento ‘Linguística neutra?’, a autora finaliza a seção afirmando sobre a necessidade vigente de ações de sensibilização e educação para a diversidade linguística, afirmando que a comunidade científica precisa exceder os limites da bolha acadêmica e dialogar propositivamente com os movimentos e grupos sociais que os políticos representam.

Com o mesmo desassombro que assume, em um instrumento de difusão acadêmica, uma posição de combate ao sexismo e ao binarismo na linguagem; tece críticas diretas a costumes basilares da cultura vigente (como a conformação de gênero com orientação binarista antes mesmo do nascimento) e afirma que, não existe neutralidade de gênero quando em referência a pessoas, Freitag (2024) dedica o último capítulo de seu livro a advertir linguistas sobre a demanda de tornar militância em ativismo para endereçar a lacuna social de promover eficazmente uma educação científica para conhecimento da língua que dê conta, não só de embasar as discussões políticas, mas de apoiar a prática pedagógica dos professores de ensino básico.

O assinalamento desta demanda pretende garantir que, não mais, espaços de debate sobre língua que linguistas tardaram e/ou se eximiram de ocupar sejam ocupados por não especialistas. Já que “[...] o posicionamento explícito e a produção de evidências que embasem argumentos são cruciais para o avanço da ciência [...]” (Freitag, 2024, p. 141), é plausível considerar o debate e difusão do conteúdo do livro resenhado aqui, *per si*, como um pequeno ensejo de ‘furar a bolha’. Que existam muitos outros.

Referência

Freitag, R. M. K. (2024). *Não existe linguagem neutra! Gênero na sociedade e na gramática do português brasileiro*. São Paulo, SP: Contexto.